

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES – REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2022

1 No dia vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e dois, no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Edifício
2 Parque Cidade Corporate, 10º andar, Torre A, Asa Sul, Brasília – DF, foi realizada a 68ª Reunião
3 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres – CNDM. Estiveram presentes na reunião
4 as conselheiras e conselheiros titulares e suplentes: A Vice-Presidente Josiane Lima Paiva (–
5 SNPM/MMFDH); Danielle Cristina Lanius (Casa Civil); Silvana Copceski Stoinski (MCTI);
6 Dilermando José da Silva (MEC); Rafael Raeff Rocha (MJSP); Lana de Lourdes Aguiar (MS);
7 Adriana Rodrigues Martins (MRE); Kenia Oliveira (MMA); Vanessa Ferreira de Lima (SGPR); Marli
8 Rocha Pires de Andrade (SAFC/MAPA); Marcleidy Cristina Slama da Fonseca Pacheco (SEC); Ana
9 Paula Piedade Pedrosa (SEF/ME); Amália Lustosa Albuquerque Camillo da Silveira (SEPT/ME);
10 Maria Angélica Iguaracema Rodrigues da Costa (SNPPIR); Mariana de Sousa Machado Neris
11 (SNPG/MMFDH); Natammy Luana de Aguiar Bonisson (SNPG/MMFDH); Adriana Rosa dos Santos
12 (FMM Brasil); Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos (ANTRA); Deusimar Corrêa (Rumpaim
13 Héviosô Zôônokum Mean); Beatriz Maria Luchese Peruffo (BPW Brasil); Evelin Cavalini Santana
14 (ABL); Gilcelene Braga Assumpção (EIG); Glaucia de Fátima Barban Morelli (CMB); Ivanete Alves
15 de Oliveira (UNEGRO); Jovanna Cardoso da Silva (FNNTNN); Laudelina Inácio da Silva (ABMCJ);
16 Estela Marcia Rondina Scandola (RNFSDSR); Vanja Andrea Reis dos Santos (UBM); Celecina
17 Rodrigues dos Santos (Instituto Eco Vida); Cleide Jane Figueiro Araujo (MNCP); Damiana Bernardo
18 de Oliveira Neto (AME); Adélia Moreira Pessoa (IBDFAM); Berenice D’arc Jacinto (CNTE); Celina
19 Alves Padilha Arêas (CTB); Cleide Silva Pereira Pinto (FENATRAD); Mara Luzia Feltes (CUT);
20 Sônia Maria Zerino da Silva (CNTI); Nágyla Maria Galdino Drumond (CONAM); Alessandra Santos
21 de Almeida (CFP); Alice Bianchini (Notório Conhecimento); Luanda Morais Pires (Notório
22 Conhecimento).

23 **Abertura da 68ª Reunião Ordinária do CNDM (Pleno).** A Vice-Presidente Josiane Lima Paiva
24 saudou a todos os presentes e realizou a sua apresentação. Desejou a todos e todas uma excelente
25 reunião e declarou aberta a 68ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher –

26 CNDM. Em seguida, passou a coordenação dos trabalhos à Representante da Central Única dos
27 Trabalhadores – CUT. A Conselheira Mara Luzia Feltes saudou a todas e todos os presentes e passou
28 ao enfrentamento do item **Aprovação da Pauta**. Explicou que as conselheiras solicitaram a inversão
29 da pauta, a fim de que os pontos correspondentes às Câmaras Técnicas fossem abordados no período
30 vespertino da reunião e que o ponto relacionado ao Planejamento da V Conferência Nacional de
31 Políticas para as Mulheres fosse discutido em seguida aos Informes de Conjuntura. Informou que a
32 Ata da 2ª Reunião extraordinária do CNDM não havia ficado pronta em tempo hábil para apreciação
33 pelo Pleno, razão pela qual a sua aprovação seria retirada da previsão da ordem do dia. Assim,
34 ingressou-se em regime de votação para deliberar sobre a Aprovação da Pauta com as retificações
35 apontadas. Não havendo manifestações, a nova ordem do dia foi considerada aprovada. Logo em
36 seguida, a Coordenadora-Geral Salete da Silva Aragão passou a coordenação do item **Informes de**
37 **Conjuntura**. Abriu as inscrições para fala. Iniciando os informes, a Conselheira Laudelina Inácio da
38 Silva apresentou duas deliberações a serem apreciadas pelo Pleno. A primeira foi sobre a abertura do
39 processo seletivo para a escolha de uma nova conselheira de Notório Conhecimento, solicitando,
40 inclusive, que a Coordenadora-Geral do CNDM realizasse a abertura do edital de chamamento. A
41 segunda se tratou da realização da homenagem à ex-conselheira Janete Masiero, a ser efetuada pelo
42 CNDM. Na sequência, a Conselheira Gilcelene Braga Assumpção posicionou-se a respeito do vídeo
43 que estava circulando na internet sobre a Primeira-Dama do Brasil argumentando que “no governo
44 passado haviam demônios na cozinha do Planalto” e abordando sobre questões envolvendo
45 religiosidade. Enquanto conselheira nacional, aduziu sobre a importância de o CNDM se manifestar
46 a respeito da pauta envolvendo a inter-religiosidade e repudiar as falas que discriminem qualquer
47 religião. Por outro lado, a Conselheira Adélia Moreira Pessoa informou a respeito das Jornadas
48 realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e sobre o evento ocorrido no dia anterior no
49 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT. Outro ponto suscitado, foi sobre a
50 proposta de elaboração de uma cartilha para as “adolescentes namoradas”, a fim de que fossem
51 distribuídas nas escolas, com o propósito de extinguir os estereótipos de gênero nas unidades de
52 ensino. Nessa perspectiva, a Conselheira Celina Alves Padilha Arêas discursou sobre o aniversário
53 de 90 anos da conquista do voto feminino e a respeito da campanha “Mais Mulheres na Política”.
54 Mencionou acerca do evento que homenageará a primeira Presidente mulher do Brasil e solicitou o
55 auxílio do conselho no levantamento de 200 nomes de mulheres importantes no cenário político
56 nacional. Nesse diapasão, a Conselheira Nágyla Maria Galdino Drumond registrou sobre os dados

57 referentes ao Mapa da Fome entre os anos de 2020 e 2022, informando que os índices mais elevados
58 retratam que mulheres chefes de família são as mais afetadas pela insegurança alimentar e discursou
59 sobre a necessidade de se combater às políticas temerárias promulgadas pelo atual governo. Nessa
60 esteira, a Conselheira Estela Marcia Rondina Scandola destacou a respeito do desmonte à Assistência
61 Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, colocando a necessidade de se denunciar
62 veemente o orçamento secreto e as ações que atinjam diretamente a rede SUAS. Outrossim, a
63 Conselheira Alessandra Santos de Almeida abordou sobre o relatório emitido pela Universidade
64 Federal do Ceará – UFC que trata a respeito da saúde mental feminina, especificamente acerca das
65 políticas de atenção à saúde mental. Lembrou a todos que existiam os condicionantes sócio-políticos
66 da saúde mental diz respeitando sobre as condições de vida das pessoas, sendo imprescindível o
67 respeito aos posicionamentos religiosos das mulheres. Pontuou sobre a injustiça reprodutiva, em
68 relação a cartilha da gestante e ao manual de atenção ao aborto legal no Brasil, promulgados pelo
69 atual governo. Por sua vez, a Conselheira Natammy Luana de Aguiar Bonisson informou que o
70 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH desenvolveu dois cursos sobre
71 liberdade religiosa e como pode/deve ser exercida e sugeriu que as conselheiras e conselheiros se
72 inscrevessem e realizassem o curso. Finalizados os informes de conjuntura, passou-se ao item
73 **Planejamento da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.** A Conselheira Mara
74 Luzia Feltes realizou uma breve síntese do planejamento, alegando que o evento estava prestes a
75 ocorrer quando foi decretada a pandemia pela COVID-19, em 2020 e que o CNDM possuía um
76 PRODOC, com determinada quantia em dinheiro, para a realização da Conferência Nacional. Aduziu
77 que os conselheiros e conselheiras deveriam tomar ciência sobre os passos dados e os próximos, em
78 relação ao evento e ressaltou que, ao todo, a Conferência Nacional custaria por volta de sete milhões
79 de reais e que a provisão inicial para a organização da etapa nacional seria a de dois milhões de reais.
80 Sugeriu que fosse encaminhada à Secretaria Executiva toda a documentação pertinente sobre o
81 assunto, com o propósito de recuperar todas as informações a respeito, bem como a todas as
82 conselheiras e conselheiros. Logo em seguida, a Coordenadora-Geral Salete da Silva Aragão
83 informou que todos os textos em relação a Conferência foram publicados, sendo encaminhados todos
84 os *links* pertinentes às publicações aos conselheiros e conselheiras. A respeito do PRODOC,
85 argumentou que estava preocupada e que buscou nas atas anteriores do CNDM qualquer menção
86 sobre o recurso, sem sucesso. Para maiores esclarecimento, a Vice-Presidente Josiane Lima Paiva
87 esclareceu que o prazo de vigência do PRODOC havia se encerrado em 2021, sendo requerido uma

88 extensão do prazo, ante ao prazo de vencimento de todo o processo. Recomendou que fosse utilizado
89 um PRODOC que estava aberto dentro do MMFDH, contudo, não garantiu que o recurso dessa
90 medida seria destinado a realização do evento, mas que poderia realizar uma tentativa de utilização,
91 tendo em vista que aquele anteriormente destinado havia se encerrado. Sugeriu o adiamento da
92 Conferência Nacional para o ano seguinte, para que todas as despesas fossem comportadas na
93 previsão de orçamento para o ano de 2023, sendo imprescindível, para tanto, a confecção de um
94 cronograma, da lista dos participantes e um orçamento de toda a infraestrutura a ser utilizada, a fim
95 de que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos tenha ciência do que vai acontecer.
96 Na sequência, abriu a palavra para manifestações e considerações a respeito. A Conselheira Estela
97 Marcia Rondina Scandola alegou surpresa ao tomar ciência das informações prestadas, tendo em vista
98 que toda a parte referente ao orçamento já tinha sido aprovado e questionou se o processo se iniciaria
99 novamente. Por outro lado, a Conselheira Mara Luzia Feltes manifestou indignação quanto a extinção
100 do recurso, dado que o orçamento havia sido deliberado e destinado para a realização do evento, mas
101 que não foi possível devido a decretação da pandemia e que não era correto que o recurso retornasse.
102 Sugeriu que o departamento jurídico fosse acionado para verificar a questão, tendo em vista a
103 decretação do estado de calamidade que impediu a realização do evento. Na mesma linha, a
104 Conselheira Gilcelene Braga Assumpção abordou que a perda do orçamento significava um recomeço
105 do planejamento da Conferência Nacional, contudo, refletiu quanto a destinação desse orçamento,
106 uma vez que ele foi pago e recebido para fomentar as ações políticas em prol das mulheres. Nessa
107 esteira, a Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos compreendeu que a primeira tratativa a ser feita
108 seria a organização da reunião da equipe organizadora da Conferência Nacional para que, a partir
109 disso, fosse estipulado o cronograma, estrutura e orçamento para a realização do evento. Sugeriu que
110 fosse agendada uma reunião com a Organização das Nações Unidas – ONU para tratar sobre a
111 situação desse recurso extinto, bem como com outras instituições que forem necessárias para se
112 garantir a realização desse evento. Não obstante a isso, a Conselheira Estela Marcia Rondina Scandola
113 propôs que, em sede administrativa, a Secretaria Executiva do Ministério da Mulher, da Família e dos
114 Direitos Humanos elaborasse um relatório sobre a trajetória e destinação do recurso referente ao
115 PRODOC destinado a realização da Conferência Nacional, bem como que as Câmaras Técnicas e
116 Comissões editassem, também um relatório de atividades, a fim de que uma Reunião Extraordinária
117 do CNDM com a equipe de transição seja agendada para o início de novembro de 2022, com o
118 propósito de sedimentar as informações relativas à Conferência Nacional se for adiada para o ano

119 seguinte. A Coordenadora-Geral Salete da Silva Aragão, propôs que os encaminhamentos propostos
120 pelas conselheiras sejam encaminhados de forma imediata. A Conselheira Mara Luzia Feltes
121 complementou e enfatizou a importância da Reunião Extraordinária para tratar da V Conferência
122 ainda no início do mês de setembro, falou ainda que seria importante uma reunião com a Ministra
123 Cristiane Britto, tendo em vista que a mesma era presidente do CNDM e que acompanhou de perto
124 todas as últimas reuniões sobre este tema. Para maiores esclarecimentos, a Vice-Presidente Josiane
125 Lima Paiva explicou que o valor de quatro milhões e quatrocentos e quarenta e dois mil reais foi
126 devolvido para a ABC, via GRU e que havia o comprovante de devolução desse valor. Propôs, como
127 encaminhamento, que fosse realizado uma provocação para que houvesse uma restituição, com a
128 ciência da Ministra do MMFDH. Salientou que, como o valor foi pago em dólar, o orçamento
129 convertido em real poderia aumentar. Assim, como encaminhamentos se propôs: (1) a realização da
130 reunião da comissão organizadora da Conferência Nacional na primeira semana de setembro de 2022,
131 (2) nessa ocasião, seria convidada a Ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
132 Humanos – MMFDH e dos representantes da Organização das Nações Unidas – ONU, para
133 solucionar o problema com relação ao orçamento anteriormente previsto e que não foi utilizado para
134 a realização da Conferência Nacional, (3) realização de uma Reunião Extraordinária com a equipe de
135 transição do governo, em novembro de 2022, para tratar a respeito do evento. Ingressou-se em regime
136 de votação, não havendo manifestações em contrário, os encaminhamentos propostos foram
137 aprovados pelo Plenário. A Conselheira Mara Luzia Feltes solicitou como encaminhamento que as
138 próximas reuniões sejam feitas em três dias, para que o primeiro dia seja tratado somente da V
139 Conferência. A Conselheira Mariléia Silva de Paula corroborando com a fala das demais conselheiras
140 e se colocou à disposição para ajudar na V conferência e se inteirar dos assuntos sobre orçamento e
141 documentações. Em seguida, passou-se a composição da **Comissão Organizadora da V**
142 **Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Após discussões, definiu-se os seguintes
143 nomes: (Titular) Vânia Santos – Presidente da Câmara Técnica de Monitoramento do PNPM;
144 (Suplente) Gláucia Morelli; (Titular) Adélia Pessoa – Presidente da Câmara Técnica de Legislações
145 e Normas; (Suplente) Beatriz Peruffo; (Titular) Laudelina Inácio – Presidente da Câmara Técnica de
146 Assuntos Internacionais; (Suplente) Gilcelene Assumpção; (Titular) Mara Feltes – Presidente da
147 Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento; (Suplente) Adriana Santos; (Titular) Deusimar
148 Corrêa; (Suplente) Jovanna Cardoso da Silva ; (Titular) Evelin Cavalini; (Suplente) Alessandra
149 Santos de Almeida. Logo em seguida, passou-se a composição das subcomissões. A **Subcomissão**

150 **de Temática e Relatoria** foi composta pelas seguintes conselheiras: (Titulares Sociedade Civil) –
151 Celina Alves Padilha Arêas e Estela Marcia Rondina Scandola; (Titulares Poder Público) – a ser
152 indicado na reunião de novembro de 2022; (Suplentes sociedade civil) – Nágyla Maria Galdino
153 Drumond e Laudelina Inácio da Silva; (Suplentes Poder Público) – a definir. A **Subcomissão de**
154 **Comunicação e Cultura** foi composta pelas seguintes conselheiras: (Titulares Sociedade Civil) –
155 Sônia Maria Zerino da Silva e Francilene Carvalho de Mesquita; (Titulares Poder Público) – Ana
156 Paula Piedade Pedrosa e Marcleidy Cristina Slama da Fonseca Pacheco; (Suplentes Sociedade Civil)
157 – Evelin Cavalini Santana e Celecina Rodrigues dos Santos; (Suplentes Poder Público) – a definir. A
158 **Subcomissão de Articulação e Mobilização** foi composta pelas seguintes conselheiras: (Titulares
159 Sociedade Civil) – Cleide Jane Figueiro Araujo e Nágyla Maria Galdino Drumond; (Titulares Poder
160 Público) – Daniela Moura Yoshida e Natammy Luana de Aguiar Bonisson; (Suplentes Sociedade
161 Civil) – Rafaela Feitosa Damasceno e Moema Carvalho Lima; (Suplentes Poder Público) – a definir.
162 A **Subcomissão de Infraestrutura e Logística** foi composta pelas seguintes conselheiras: (Titulares
163 Sociedade Civil) – Jovanna Cardoso da Silva e Berenice D’arc Jacinto; (Titulares Poder Público) –
164 Paula Maria Araújo dos Santos e a definir; (Suplentes Sociedade Civil) – Vanja Andrea Reis dos
165 Santos e Deusimar Corrêa; (Suplentes Poder Público) – a definir. As definições dos nomes para
166 composição pelo Poder Público serão definidas na reunião a ser agendada para o mês de novembro
167 de 2022. Logo em seguida, concedeu-se pausa para o almoço. Retomada os trabalhos da 68ª Reunião
168 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, iniciou-se a abordagem do item
169 **Casa da Mulher Brasileira**. A Coordenadora-Geral Do Programa Mulher Viver Sem Violência
170 Valeria Avanci Pereira Laval Silva inicialmente realizou uma apresentação sobre as Ações do
171 Departamento de Políticas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – DEV, demonstrando os
172 números de atendimentos nas casas das mulheres espalhadas pelo Brasil e o panorama de construção
173 das unidades e funcionamento dessas instituições. Explanou a respeito da dificuldade enfrentada em
174 alguns Estados para que os Chefes do Executivo assinassem os Acordos de Cooperação Técnica –
175 ACT, para a construção das unidades em seus respectivos Estados e Municípios e solicitou ajuda ao
176 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a fim de que pressionasse os gestores públicos a
177 ratificarem os documentos. Abordou sobre os desafios e obstáculos enfrentados na gestão do
178 programa e explicou sobre o sistema EVA. Trata-se de uma plataforma de visualização que inclui
179 conteúdo relevante para informar sobre políticas públicas voltadas para a prevenção, redução e
180 eliminação da violência contra mulheres. Explicou que o nome “EVA” buscou dar simplicidade de

181 forma curta e fácil para a denominação do sistema. Na sequência, abriu para manifestações e
182 considerações a respeito. A Conselheira Ivanete Alves de Oliveira considerou que o nome “EVA”
183 deveria ser alterado, tendo em vista ser um nome “muito expressivo” quanto a questão atinente à
184 violência contra a mulher. Não obstante a isso, a Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santo propôs,
185 como encaminhamento, que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher debatesse e definisse um
186 novo nome para o Programa supramencionado. Dessa forma, a colocou-se o encaminhamento para
187 votação. Não havendo manifestações em contrário, a proposta foi considerada aprovada. Em seguida,
188 a Sra. Fabiana de Assunção Cruvinel Nascimento, Diretora de Governança de Dados e Informações
189 da Secretaria de Governo Digital da Secretaria-Especial de Desburocratização e Governo Digital do
190 Ministério da Economia (DEGDI/SGD/ME), iniciou a apresentação abordando sobre o Plano
191 Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio – PNEF. Demonstrou o cenário do número de
192 feminicídios e homicídios de mulheres no Brasil, sendo identificado que 89,9% das vítimas foram
193 violentadas por companheiros e 66,5% são mulheres negras. Indicou quais eixos de atuação
194 estruturantes estavam sendo utilizados no programa, sendo estes: articulação, prevenção, dados e
195 informações, combate e assistência e garantia de direitos. Retratou sobre as ações do Comitê Gestor
196 do PNEF que foram realizadas durante o ano de 2022 e demonstrou o panorama geral do andamento
197 das ações de acordo com os eixos supramencionados. Explanou sobre os programas compreendidos
198 pelo PNEF, como as iniciativas Maria da Penha vai à Escola, Salve uma Mulher, Central de
199 Monitoramento da Violência Doméstica e Familiar e a Equipagem para Patrulhas Maria da Penha e
200 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Implantação do Núcleo Integrado de
201 Atendimento à Mulher – NUIAM. Na sequência, abriu para manifestações e considerações a respeito.
202 A Conselheira Laudelina Inácio da Silva pontuou sobre a necessidade de inserir as Delegacias de
203 Atendimento à Mulher – DEAM, especialmente após a concessão das medidas protetivas, na Central
204 de Monitoramento da Violência Doméstica e Familiar. Com a palavra, a Conselheira Moema
205 Carvalho Lima apontou sobre a necessidade de incentivo aos programas e não somente a destinação
206 de verbas para as medidas de contingenciamento da violência perpetrada. De posse da fala, a
207 Conselheira Natammy Luana de Aguiar Bonisson informou a todas que estava em andamento a
208 contratação de conteudistas para a produção de cursos sobre a pauta envolvendo a violência
209 doméstica. No que diz respeito às capacitações, a Conselheira Alessandra Santos de Almeida indicou
210 sobre a necessidade de se ofertar cursos aos agentes manipuladores das políticas de atendimento à
211 mulher sobre as sequelas psicológicas das mulheres vítimas de violência. Finalizado o item, passou-

212 se aos **Relatórios das Câmaras Técnicas**. Iniciou-se com o relato da **Câmara Técnica de**
213 **Legislação e Normas**. A Conselheira Estela Marcia Rondina Scandola iniciou efetuando a leitura da
214 primeira Resolução, a ser apreciada pelo Pleno, a respeito da instituição do Grupo de Trabalho sobre
215 os atos e normativas referentes a direitos sexuais e reprodutivos de mulheres no âmbito do Ministério
216 da Saúde. Finalizada a leitura da Resolução, ingressou-se em regime de votação. Não havendo
217 manifestações contrárias, a Resolução foi considerada aprovada. Nesse sentido, a Conselheira Adélia
218 Moreira Pessoa efetuou a leitura da segunda Resolução, a ser apreciada pelo Pleno, a respeito da
219 instituição do Grupo de Trabalho para a análise de projetos de Lei em tramitação no Congresso
220 Nacional que tratem sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, bem como temas correlatos,
221 com o propósito de emitir pareceres a serem submetidos à Câmara Técnica de Legislação e Normas
222 e ao Pleno do CNDM. Registrou que o Grupo de Trabalho está sendo composto pelas seguintes
223 conselheiras: Alice Bianchini, Adélia Moreira Pessoa, Sônia Maria Zerino da Silva, Adriana Rosa
224 dos Santos, Berenice D'arc Jacinto, Moema Carvalho Lima e Alessandra Santos de Almeida.
225 Finalizada a leitura da Resolução, ingressou-se em regime de votação. Não havendo manifestações
226 contrárias, a Resolução foi considerada aprovada. Nesse diapasão, passou-se ao relato da **Câmara**
227 **Técnica de Monitoramento do Plano Nacional e das Políticas para as Mulheres**. A Conselheira
228 Luanda Morais Pires efetuou a leitura da Recomendação Conjunta, a ser apreciada pelo Pleno, sobre
229 a regulamentação de diretrizes em combate as formas de violência contra o público LGBT. Finalizada
230 a leitura, abriu-se para manifestações e considerações a respeito. A Conselheira Celina Alves Padilha
231 Arêas sugeriu que o texto fosse enviado para as conselheiras, para que no prazo de dois dias úteis,
232 fosse apreciado e deliberado por todas. Por outro lado, a Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos
233 tendo em vista a necessidade de articulação com os demais conselhos envolvidos na redação do texto,
234 solicitou, que o prazo de dois dias fosse estendido para dez dias. Desse modo, colocou-se somente a
235 segunda sugestão em votação. Não havendo manifestações em contrário, a segunda proposta foi
236 considerada aprovada. Nesse sentido, passou-se ao relato da **Câmara Técnica de Assuntos**
237 **Internacionais**. A Conselheira Laudelina Inácio da Silva relatou que a pauta da reunião tratou a
238 respeito da revisão dos encaminhamentos da última reunião, da deliberação sobre a realizadas da
239 reunião extraordinária em setembro e informes. Reiterou e registrou que todas as solicitações
240 realizadas anteriormente pela Câmara Técnica de Assuntos Internacionais à Secretária Executiva do
241 CNDM ainda persistiam, especialmente quanto ao requerimento demandando a presença de duas
242 conselheiras da sociedade civil na participação dos eventos que irão acontecer. Não havendo assuntos

243 a deliberar, passou-se ao relato da **Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento**. A Conselheira
244 Gilcelene Braga Assumpção iniciou o relatório abordando sobre o cumprimento da solicitação de
245 envio das planilhas, quanto aos restos a pagar e processos deferidos e indeferidos e elencou quais
246 seriam os processos a serem encaminhados à Secretaria Nacional de Políticas Públicas, com o
247 propósito de que o departamento informasse o andamento destes, explicando que as solicitações se
248 referem à amostragem de execução das emendas parlamentares. Finalizado o relato, encerrou-se os
249 relatórios das Câmaras Técnicas. Registre-se que o item a respeito do “Disque 180” não foi apreciado
250 pelo Plenário na ocasião. Finalizada a pauta, a Vice-Presidente Josiane Lima Paiva declarou encerrada
251 a 68ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, agradecendo a
252 presença de todos os presentes.